

Diário do Legislativo de 08/05/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 13ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Igreja Batista da Lagoinha e o Ministério de Louvor Diante do Trono pelo Transcurso, respectivamente de seus 50 Anos e de seus 10 anos de Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/5/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Vanderlei Miranda - Exibição de vídeo - Entrega de placas - Apresentação musical - Palavras do Pastor Márcio Valadão - Apresentação musical - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - José Henrique - Adalclever Lopes - Getúlio Neiva - João Leite - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sávio Souza Cruz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Antônio Roberto; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão do Exército, Gen. João Roberto de Oliveira; Ten. Rogério Prado Mariani, representando o Comandante do Ciaar, Brig.-Ar Antonio Franciscangelis Neto; e Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; o Revmo. Sr. Pastor Márcio Valadão, Presidente da Igreja Batista da Lagoinha; e a Ilma. Sra. Ana Paula Valadão Bessa, Ministra de Louvor do Grupo Diante do Trono.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Vereadores Geraldo Félix e Moamed Rachid, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; do Ilmo. Sr. Fábio Drumond, Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais; do Revmo. Sr. Pastor Ian Alone Pereira, Superintendente da Rede Super de Televisão; da Ilma. Sra. jornalista Inácia Soares, Diretora de Programação da Rede Super; e dos Ilmos. Srs. Walter Freitas, assessor do Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Assembléia; e Marcelo Generoso, assessor do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Igreja Batista da Lagoinha e o Ministério de Louvor Diante do Trono pelo transcurso, respectivamente, de seus 50 anos e de seus 10 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Ministra de Louvor Ana Paula Valadão Bessa.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Vanderlei Miranda

Exmos. Srs. Presidente Deputado Doutor Viana; Pastor Márcio Valadão, Presidente da Igreja Batista da Lagoinha; Pastora Ana Paula Valadão Bessa, Ministra de Louvor; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar, Gen. João Roberto de Oliveira; Ten. Rogério Prado Mariani, representando o Comandante do Ciaar, Brig.-Ar Antônio Franciscangelis Neto; colegas Deputados que prestigiam esta solenidade; colegas Vereadores da Câmara Municipal, com quem, por um tempo muito bom e proveitoso, tive um convívio fraterno, que deixou saudades; colegas Pastores da Igreja Batista da Lagoinha e das demais denominações aqui representadas; Pastores Gustavo Bessa e André Valadão; autoridades que representam as suas entidades; membros do Grupo de Louvor Diante do Trono; queridos irmãos e irmãs da Igreja Batista da Lagoinha e da igreja do Senhor Jesus como um todo na face da terra - e, graças a Deus, há muitos representantes -; telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia e pela Rede Super; minha família - Pastora Fátima Miranda, Daniele, Dominique, Douglas, Alexandre, Daniel e avô Jaconias -, sintam-se todos homenageados nesta comemoração dos 50 anos da Igreja Batista da Lagoinha.

Peço licença ao Presidente para fugir do protocolo, porque isso nos engessa um pouco. Algumas pessoas perguntaram-me qual é o sentimento de parlamentar e de pastor ao prestar esta homenagem. O sentimento é gratificante e nobre. Tenho a certeza de que qualquer parlamentar desta Casa gostaria de prestar esta homenagem, que se torna pequena diante da grandiosidade do trabalho que a Igreja Batista da Lagoinha tem prestado à nossa cidade, ao Estado e ao Brasil, chegando ao exterior.

Sobretudo para mim, 50 anos são uma marca importante, porque dificilmente algum projeto que não seja sério consegue sobreviver tanto tempo assim. Talvez até sobreviva, mas nosso projeto não vem apenas sobrevivendo há 50 anos; vem também produzindo frutos maravilhosos há 50 anos. E, destes 50, há 20 anos tenho tido o privilégio de participar como membro e diácono da Igreja Batista da Lagoinha; e há 10, como um de seus Pastores. Isso me dá muita alegria e muito me honra.

Na oportunidade, quero fazer algo que tenho feito ao longo destes 10 anos: agradecer ao Pastor Márcio Valadão a confiança de me haver convidado um dia para compor sua equipe. Sei da responsabilidade que isso implica.

Hoje, ocupando uma cadeira nesta Casa, percebo que o trabalho parlamentar tem grande semelhança com o trabalho pastoral. Tenho dito isso em várias oportunidades. A semelhança está no fato de que, em qualquer dos postos, lidamos com gente. Tanto aqui, em meu gabinete parlamentar, quanto em meu gabinete pastoral na Igreja, lidamos com as ansiedades, as expectativas e as frustrações das pessoas. Participamos de momentos delicados de suas vidas. Nisso há grande semelhança. Poderia mesmo dizer que a vida parlamentar é um exercício pastoral, caro Presidente Deputado Doutor Viana.

Estar ciente da responsabilidade que nos cabe e de que não se trata de casualidade permite-me fazer a leitura da semelhança das duas funções e agradecer a Deus o privilégio de me haver conduzido a este lugar, onde, creio, exerço um ministério.

Aliás, esse ministério começou na Câmara Municipal, quando, em 2002, o Pastor Márcio telefonou-me para falar da proposta da nossa chegada àquela Casa. Não me esqueço das palavras que usou. Ele disse: "Na próxima eleição, você cumprirá seu ministério na Câmara Municipal". E eu tenho encarado, de fato, meu mandato como um ministério. Foi assim lá e está sendo também aqui.

Poder homenagear a Igreja Batista da Lagoinha, nos seus 50 anos, e o Ministério de Louvor Diante do Trono, nos seus 10 anos, é, com toda a certeza, uma honra e uma alegria muito grandes para mim. Quando se faz parte da história, a leitura que se faz dela é diferente.

Convém também ressaltar a importância do trabalho que o Pastor Márcio Valadão, como Presidente da Igreja, tem exercido nesses quase 40 anos à frente da Igreja. A Igreja Batista da Lagoinha completa 50 anos, e o Pastor Márcio, se correr um pouquinho, alcançará isso também, porque já são quase 40 anos de serviços prestados a esta cidade.

Conversamos informalmente com o representante do Governador Aécio Neves, o Dr. Fábio, a quem, aliás, peço desculpas pelo ato falho de não ter citado seu nome anteriormente. Ele me falou da leitura que o Governador Aécio Neves faz do segmento evangélico, especialmente da Igreja Batista da Lagoinha, no tocante ao grande serviço social que ela presta à comunidade de Belo Horizonte e ao povo em geral.

Ao longo dos anos, esse trabalho social não custou nem sequer um centavo ao governo. Aliás, isso não se dá de forma diferente com outras instituições que também fazem esse trabalho com o mesmo empenho, zelo, amor e dedicação, sem depender dos recursos do governo. É claro que tais recursos serão sempre bem-vindos, visto que nos ajudarão a realizar um trabalho ainda melhor. Não quero dizer, portanto, que desprezamos os recursos que o governo reserva para a área social. O que quero dizer é que realizamos esse trabalho independentemente

dessa ajuda, mas as parcerias são necessárias para ajudar-nos a desenvolver os projetos sociais.

Quanto ao aspecto espiritual, qual é a importância do trabalho? O grande foco está nessa questão. Quero crer que todo o trabalho social desenvolvido é apenas o pano de fundo, pois sabemos que o Pastor Márcio Valadão, nos quase 40 anos em que atua como Pastor da Igreja Batista da Lagoinha, e a referida Igreja, em 50 anos de trabalho, têm um compromisso muito sério com a evangelização da cidade de Belo Horizonte. Com certeza, o principal foco do trabalho realizado ao longo desses 50 anos é pregar o Evangelho de Jesus Cristo, levar a boa nova da salvação àqueles que estão sedentos e famintos, ou seja, que anseiam por uma palavra que lhes traga não só o alento momentâneo, mas que produza, para o futuro e para a eternidade, o propósito maior de Deus: relacionamento e vida eterna com Ele.

Creio que esses 50 anos representam um marco, o início de uma caminhada. Daqui a 50 anos, não sei quantos de nós estaremos aqui, Pastor Márcio. Ao fazer uma leitura natural, real, imagino que, dentre nós, poucos estaremos aqui. Porém, quero crer que, nessa época, alguém estará nesta Casa, prestando homenagem a essa Igreja, pelos seus 100 anos de atuação na cidade de Belo Horizonte, bem como ao Ministério de Louvor Diante do Trono, pelos seus 60 anos. Quero crer que isso seja motivo para darmos muitas graças a Deus. Quero crer ainda que este seja o momento de nos alegrarmos, de erguermos os olhos ao céu e dizer: - Deus, muito obrigado por esses 50 anos. Parabéns, Pastor Márcio! Parabéns, pastores e pastoras da Igreja Batista da Lagoinha! Parabéns, membros do grupo Diante do Trono! Parabéns, diáconos e diaconisas! Parabêniz também os mais de 30 mil membros que hoje compõem o corpo da Igreja Batista da Lagoinha. Parabéns, parabéns, parabéns! Obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional sobre a Igreja Batista da Lagoinha.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, fará entrega de placas alusivas a esta comemoração. Para receber a primeira placa destinada à Igreja Batista da Lagoinha, convidamos a se colocar, no local destinado a condecorações, o Pastor Márcio Valadão. A placa contém os seguintes dizeres: "A ética e os princípios cristãos se refletem nos inúmeros frutos alcançados nos âmbitos social, educativo, missionário e espiritual, que tanto têm beneficiado a comunidade mineira. A homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais àquela que hoje é a maior Igreja Batista do Brasil, em comemoração de seus 50 anos de fundação". Para receber a segunda placa, convidamos a Ministra Ana Paula Valadão Bessa. A placa contém os seguintes dizeres: "Desde que nasceu, o Ministério de Louvor Diante do Trono tem revolucionado o cenário musical evangélico no País. A homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais a esse grupo pelos seus 10 anos de absoluto sucesso".

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Vanderlei Miranda para participar da entrega.

- Procede-se à entrega das placas.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Ministra de Louvor Ana Paula Valadão Bessa, que apresentará a música "Por amor de ti, oh Brasil".

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Pastor Márcio Valadão

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exma. Sra. Ana Paula Valadão Bessa, Ministra de Louvor do grupo Diante do Trono; Exmos. Srs. Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão do Exército, Gen. João Roberto de Oliveira; Deputado Federal Antônio Roberto; Ten. Rogério Prado Mariani, representando o Comandante do Ciaar, Brig.-Ar Antônio Franciscangelis Neto; e Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Creio que bate dentro do coração não apenas de cada membro da Igreja Batista da Lagoinha, mas, acima de tudo, no próprio coração do Senhor Jesus, neste momento. A Bíblia diz para não esquecermos os dias dos pequenos começos. Houve momentos na jornada do povo de Israel, indo para a Terra da Promessa, quando chegaram a um lugar em que colocaram uma pedra e disseram: "Ebenézer. Até aqui nos ajudou o Senhor".

Esses 50 anos, para nós, representam apenas um momento, um marco, não é o fim, é apenas uma lembrança. Uma lembrança de que, durante esses 50 anos, a fidelidade do Pai sempre foi tão real, sempre tão plena. E, se nós alcançamos essa data, é exatamente porque o Senhor tem sido sempre fiel, misericordioso, justo, mas, acima de tudo, tem concedido a cada membro da Igreja uma paixão. Uma paixão por Aquele que ousou nos amar de tal maneira, a ponto de dar a Sua própria vida para que pudéssemos ter a vida. Ao mesmo tempo em que a Igreja tem uma representação humana natural, é uma instituição divina. O próprio Senhor Jesus disse: "Eu edificarei a minha Igreja". A Igreja da Lagoinha é uma igreja que tem buscado, como as outras igrejas, honrar o nome dAquele que é digno de toda glória e de toda honra.

Por isso, tomamos esta homenagem e depositamos todo o mérito aos pés daquela que é digna de merecê-la, porque a Igreja nada mais é, segundo a ótica da palavra de Deus, do que o próprio corpo do Senhor Jesus Cristo aqui na terra, manifestando o seu amor, compaixão, bondade e misericórdia.

Algo que tem caracterizado a Igreja da Lagoinha, nesses anos, é o fato de ser uma igreja heterogênea, carinhosa e meiga, em que qualquer pessoa não é apenas bem-vinda, mas pode experimentar o carinho de Deus. Temos visto os milagres! Podemos celebrar 50 anos, mas celebra mais aquele que algum dia tem um encontro com o Senhor. A fé cristã é completamente diferente de todas as outras religiões, que crescem por adesão. No cristianismo, não há adeptos; a pessoa passa por uma experiência que é tão profunda e radical, que a pessoa nasce de novo, converte-se e passa a ver o mundo de modo diferente e a ter valores diferentes. Enquanto estava assentado ali, ouvi o testemunho do Coronel de que a banda do Exército é hoje composta praticamente por evangélicos, que antes eram bêbados, pessoas que não tinham esperanças, mas que hoje experimentaram a conversão, nasceram de novo.

É isso que anelamos ver em nossa terra. Amamos a nossa terra. Deus poderia ter-nos feito nascer em outro país, mas escolheu o melhor deles

para nascermos. Amo esta terra! Nasci em Belo Horizonte; Minas Gerais é o meu Estado; amo este país, porque é o meu país. E queremos ver esta terra transformada pelo poder do Senhor Jesus. E há uma promessa nas Escrituras que diz que, como as águas cobrem o mar, toda a terra vai-se encher da glória do Senhor. Tenho certeza de que eu, você, cada membro da Igreja e os futuros membros, todos nós participamos desse mesmo sonho de honrar o Senhor Jesus e ver o cumprimento dessa promessa. Por isso, em nome de todos os membros da Igreja da Lagoinha, gostaria de agradecer todo esse carinho e essa homenagem, que trazemos e deixamos aos pés daquele que é digno de recebê-la, o dono da Igreja, o Senhor Jesus Cristo.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Ministro de Louvor André Valadão, que apresentará a música "Alegria".

- Procede-se à apresentação musical.

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes a assistir a um vídeo sobre o Ministério de Louvor Diante do Trono.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Pastor Márcio Valadão, Presidente da Igreja Batista da Lagoinha, nossa homenageada de hoje; Sra. Ana Paula Valadão Bessa, Ministra de Louvor do grupo Diante do Trono, que também está sendo homenageado hoje; Deputado Federal Antônio Roberto; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão do Exército, Gen. João Roberto de Oliveira; Ten. Rogério Prado Mariani, representando o Comandante do Ciaar, Brig.-Ar Antônio Franciscangelis Neto; meu iluminado amigo e querido Deputado Vanderlei Miranda, pastor e autor do requerimento que, aprovado por unanimidade, deu origem a esta homenagem. É uma honra tê-los aqui.

Entre tantas autoridades, cito, com alegria, a presença dos Vereadores Mohamed Rachid e Geraldo Félix; dos colegas Deputados Estaduais João Leite, Getúlio Neiva e Walter Tosta; e do nosso amigo Sebastião Quintão, Prefeito de Ipatinga.

Cumprimento as demais autoridades e os demais presentes neste Plenário, os telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia e pela TV Rede Super, os nossos funcionários e a imprensa.

É muito difícil falar depois dos Pastores Márcio e Vanderlei, que, como disse o pessoal do Ministério de Louvor Diante do Trono, são muito profissionais.

Que bom que Deus está entre nós. Há meio século, iniciava-se a história da Igreja Batista da Lagoinha, fundada em Belo Horizonte, no dia 20 de dezembro, por membros vindos da Igreja do Barro Preto.

Reunindo-se num galpão alugado, o pequeno grupo de 20 pessoas não poderia imaginar que a instituição, que hoje ocupa o templo do Bairro São Cristóvão e conta com a Rede Super de Televisão, tão bem equipada para propagar sua mensagem, levaria tão longe o singelo propósito de praticar sua fé.

Responsável pela transformação e pela expansão da Igreja, o Pastor Márcio Valadão, com seu trabalho de formiga, realizado por pequenos grupos, hoje conhecidos como células, é o grande artífice desse iniludível crescimento. Para atingir esse momento pleno, tempo de colheita e de abundância, a Igreja da Lagoinha disseminou, por meio de seus atos, os grãos benditos do amor e do afeto que, dia após dia, eram oferecidos ao seu rebanho.

Há 10 anos, nascia em seu seio, de forma promissora, por iniciativa de Ana Paula Valadão, o Ministério de Louvor Diante do Trono, um dos mais bem-sucedidos conjuntos de música "gospel" do Brasil. Suas inspiradas canções deram origem à gravação de vários álbuns musicais, cuja vendagem reverte em recursos para sustento de uma importante obra missionária. Tendo vendido, conforme citado aqui, mais de 5 milhões de discos e abrigando cerca de 50 integrantes, entre músicos de base, orquestra de sopro, dançarinos e cantores, com suas canções evangélicas vertidas para o espanhol e para o inglês, o grupo já é sucesso mundial.

Arte e religião, junto a uma finalidade social de apoio, sobretudo às crianças em desamparo, fazem da Igreja Batista da Lagoinha e do Ministério de Louvor Diante do Trono um exemplo de abençoada persistência. Tocando a dimensão da beleza e elevando a alma, numa festiva celebração do evangelho, têm a Igreja e seu grupo de músicos empreendido uma impressionante jornada em nome da esperança em um mundo melhor e marcado pela prosperidade e pela fraternidade. Essas vozes que cantam para todos, evangélicos ou não, as mais sublimes formas de orar conclamam-nos a superar os momentos difíceis e a deixar para trás os problemas que nos afligem.

Ao trazer para tantos o testemunho da fé e a convicção do triunfo da esperança, os pastores dessa Igreja confortam-nos com a alegria e com a força do amor e da misericórdia.

Antes de encerrar, abro um parêntese para dizer ao Pastor Vanderlei Miranda, parlamentar desta Casa, que sua missão na terra é muito grande, visto que Deus o chamou para a evangelização, para exercer seu ministério. O Pastor Márcio convocou-o a representar e a exercer esse ministério também aqui, nesta Assembléia. Que Deus o abençoe em sua caminhada!

A todos os membros dessa Igreja fica a justa homenagem desta Casa. Que nosso reconhecimento se inscreva no registro dessa belíssima história, que, originada em Belo Horizonte, irradia-se para o Brasil e para o mundo. Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, João Leite e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação dos comerciantes dos Mercados Distritais do Cruzeiro e de Santa Tereza, haja vista a possibilidade de encerramento de suas atividades. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Neusa Resende da Fonseca, Presidente da Associação dos Comerciantes do Mercado Distrital do Cruzeiro; e os Srs. Giovanni Laureano Teixeira, Presidente da Associação dos Permissionários do Mercado Distrital de Santa Tereza, Rômulo Alves Enoque, Representante da Associação dos Moradores do Bairro Cruzeiro, e Yé Borges, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, João Leite e Ademir Lucas (4), em que solicitam sejam realizadas visitas desta Comissão à Secretaria de Planejamento e Gestão, para discutir a desapropriação do imóvel onde funciona a Feira Mix; ao Presidente do Ipsemg, para discutir a assistência à saúde prestada pelo Instituto aos servidores, aos pensionistas e o pagamento de pensões; audiência e visita ao Mercado Distrital de Santa Tereza e ao Mercado Distrital do Cruzeiro, a fim de verificar as condições de funcionamento desses estabelecimentos, que estão ameaçados de fechamento; seja enviado ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, com vistas à realização de audiência pública em uma das Comissões dessa Casa Legislativa, para discutir, com as comunidades envolvidas, o fechamento dos Mercados Distritais de Santa Tereza e do Cruzeiro; Durval Ângelo (4), em que solicita seja encaminhado ao Promotor de Justiça da 4ª Vara Criminal, pedido de providência para que seja agilizada a investigação criminal que envolve Jurandir Pereira de Oliveira, que se encontra preso na 2ª Delegacia de Polícia de Contagem, onde, segundo seu pai, corre risco de morte; e ao Subsecretário de Administração Penitenciária, solicitando a reabertura do processo do Sr. Leonardo Henrique Ferreira, ex-agente penitenciário, contratado por intermédio da Secretaria de Defesa Social, que foi dispensado sob acusações de facilitação de entrada de objetos na Penitenciária Nelson Hungria; seja realizada visita desta Comissão ao Subsecretário de Administração Penitenciária e ao Ouvidor de Administração Penitenciária a fim de discutir fatos relativos ao processo do ex-agente penitenciário Leonardo Henrique Ferreira; e seja encaminhado ofício à Defensoria Pública do Estado com vistas a que seja acompanhado o processo nº 06.261.757-6, em atenção ao apelo da Sra. Maria Aparecida Claudiana da Silva, bisavó das crianças envolvidas nesse processo e que está disposta a ajudar na manutenção delas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Walter Tosta - Luiz Tadeu Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 36ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária a 16ª Legislatura, EM 8/5/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.150/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 323/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que altera dispositivos da Lei nº 11.544, de 25/7/94, que regulamenta o § 3º do art. 222 da Constituição do Estado, tornando obrigatório nos cinemas do Estado, antes das sessões principais, a exibição de um filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 279/2007, do Deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 409/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 4 a 7, que apresenta, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma do Subemenda nº 2, que apresenta, e com a Emenda nº 5, da Comissão de Política Agropecuária, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 4, 6 e 7, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 8h45min do dia 8/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 423/2007, da Comissão de Direitos Humanos; 462 e 463/2007, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão ESPECIAL PARA O Estudo Da ATENÇÃO À Pessoa com Transtorno Mental, DEFICIÊNCIA MENTAL OU AUTISMO, a realizar-se às 9h30min do dia 8/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h15min do dia 8/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 929/2007, do Governador do Estado; 234/2007, do Deputado Arlen Santiago; 237/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 351/2007, do Deputado Doutor Viana; 422/2007, do Deputado Djalma Diniz; 457/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 464/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 528/2007, do Deputado Fábio Avelar; 536/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 541/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 555/2007, do Deputado Sebastião Costa; 561 e 563/2007, do Deputado Jayro Lessa; 577/2007, da Comissão de Participação Popular; 613, 616, 617, 623 e 630/2007, do Deputado Weliton Prado; 634/2007, do Deputado Weliton Prado e do Deputado Vanderlei Jangrossi; 654/2007, do Deputado Célio Moreira; 675/2007, do Deputado Weliton Prado; 698/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 712/2007, do Deputado Padre João; 725/2007, do Deputado Doutor Viana; 730/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 739, 741 e 742/2007, do Deputado Carlin Moura; 768/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 772/2007, do Deputado Irani Barbosa; e 787 e 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Em turno único: Projeto de Resolução nº 638/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; Projetos de Lei nºs 667/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 756/2007, do Deputado Vanderlei Miranda; 794/2007, do Deputado Célio Moreira; e 800/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 484/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 718/2007, do Deputado Domingos Sávio; 746/2007, do

Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 763/2007, do Deputado Doutor Viana; 769/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 773/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 776/2007, do Deputado Eros Biondini; 778, 780 e 783/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 784/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 853/2007, do Deputado Mauri Torres; 856/2007, do Deputado Paulo Cesar; 860/2007, do Deputado Paulo Guedes; e 873/2007, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 235 e 364/2007, do Deputado Arlen Santiago; 240/2007, do Deputado Carlos Pimenta.

Requerimentos nºs 447/2007, do Deputado Deiró Marra; 455/2007, do Deputado Doutor Viana; 468/2007, do Deputado Djalma Diniz; 472/2007, do Deputado Elmiro Nascimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 8/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 452/2007, do Deputado Padre João.

Requerimentos nºs 470 e 471/2007, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 8/5/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000; 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001; e 1.150/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2002; dos Projetos de Lei nºs 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que altera dispositivos da Lei nº 11.544, de 25/7/94, que regulamenta o § 3º do art. 222 da Constituição do Estado, tornando obrigatório nos cinemas do Estado, antes das sessões principais, a exibição de um filme publicitário sobre as conseqüências do uso de drogas; 279/2007, do Deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica; 323/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica; e 409/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de maio de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados, Gustavo Corrêa, Ivair Nogueira, Padre João e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2007, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da Comissão de Segurança Pública; os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Administração Pública; a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 8/5/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 929/2007, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 409/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2007.

Padre João, Vice-Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 459/2007

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Fundação Frei Antonino Puglisi, com sede no Município de Uberlândia.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 459/2007 pretende declarar de utilidade pública a Fundação Frei Antonino Puglisi, entidade que presta relevantes serviços à população de Uberlândia.

É importante destacar que ela promove atividades gratuitas de apoio e recuperação de dependentes químicos por meio de terapia ocupacional; oferece-lhes orientação espiritual e psicológica; busca a sua reintegração na sociedade; e presta assistência aos familiares dos recuperandos.

Visando a ampliar e manter suas atividades, ela firma convênios com órgãos públicos e com a iniciativa privada.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 459/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2007.

Doutor Rinaldo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 569/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Fábio Avelar, o projeto de lei em causa visa dar denominação à escola estadual do Bairro Sarandi, localizada no Município de Belo Horizonte.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 569/2007 pretende denominar de Padre João de Mattos Almeida a escola estadual do Bairro Sarandi, localizada no Município de Belo Horizonte.

Natural de Barbacena, o homenageado dedicou sua existência à fé católica. Foi ordenado sacerdote, em 1936, com licença especial do Papa Pio XI, por não ter a idade mínima exigida.

Durante sua vida sacerdotal, foi responsável por várias paróquias, tornando-se Vigário Emérito da Paróquia São Dimas, no Bairro Serrano, onde ficou por mais de 23 anos. Sempre pronto a ajudar e orientar quem necessitava, cuidava especialmente dos idosos e menos favorecidos.

A escola estadual do Bairro Sarandi, inaugurada em 2005, para atender alunos dos ensinos fundamental e médio, recebeu grande colaboração do Pe. João de Mattos Almeida, o que motivou seu colegiado e a comunidade local a proporem a homenagem prevista no projeto em análise, como agradecimento pelos trabalhos realizados pelo pároco.

Diante disso, ajuizamos oportuno e merecido que se lhe preste a pretendida honraria.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 569/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/5/2007

Deputado Vanderlei Miranda* - Sr. Presidente, senhores da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, servidores da Casa, senhores e senhoras que acompanham nosso trabalho da galeria, e telespectadores da TV Assembléia, boa tarde.

Dois assuntos trazem-me à tribuna. O primeiro deles é para informar que, amanhã, a Comissão de Turismo, Indústria e Cooperativismo realizará uma audiência pública muito importante para tratar da licitação das placas de táxis em Belo Horizonte, que envolverá também a região metropolitana.

Convido os colegas Deputados e Deputadas que têm interesse no assunto para a audiência, às 9h30min, para discutir o assunto. Ela será realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Municipais e será um momento oportuno para um debate em torno da questão, que, com toda a certeza, interessa a todos de Belo Horizonte, e da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quanto ao segundo assunto, quero reforçar um convite que já foi feito de forma oficial. A Presidência da Casa, na pessoa do Deputado Alberto Pinto Coelho, encaminhou os convites, mas o faço agora na presença dos meus colegas Deputados e Deputadas para que, amanhã, às 20 horas, aqui, na Assembléia Legislativa, se puderem, compareçam a uma homenagem que será prestada à Igreja Batista da Lagoinha, pelos seus 50 anos, pelo jubileu de seu nascimento. Essa Igreja - bem sabemos - e falo aqui como membro e como um de seus pastores -, tem prestado relevantes serviços à cidade e à sociedade de Belo Horizonte.

Ela tem empreendido várias ações na área social, embora essas ações não sejam muito divulgadas. Mas, com toda a certeza, tem tido um volume muito grande de ações na área social. Tem dado sua contribuição na área educacional, por meio do nosso colégio e da nossa faculdade, e tem dado ainda sua contribuição também por meio de nosso mais forte meio de comunicação, a TV Rede Super. Enfim, estamos fazendo essa homenagem.

A homenagem à Igreja Batista pelos seus 50 anos será justa, como também ao grupo Diante do Trono, pelos seus 10 anos, o qual tem recebido o reconhecimento não só do Brasil, mas também do exterior. O grupo tem dado também sua contribuição social de forma muito forte e bonita porque parte do resultado financeiro de suas apresentações é usado para o trabalho social. Fica aqui o meu convite a todos.

Espero que possamos estar aqui, amanhã, para prestar essa homenagem. Estendo esse convite aos telespectadores da TV Assembléia. Será um prazer tê-los aqui conosco. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Casa, público presente, servidores da Defensoria Pública. Hoje, dia 2 de maio, estamos aqui após um dia de grandes mobilizações no País, no nosso Estado e nas nossas cidades, em comemoração ao Dia do Trabalhador, data fundamental para aqueles que constroem a riqueza do nosso país. Esta data merece uma reflexão acerca da situação do mundo do trabalho no Brasil e no Estado de Minas Gerais.

É inegável que, desde o primeiro governo Lula, há uma melhoria da qualidade de vida das massas trabalhadoras. O crescimento econômico ocorrido gerou postos de trabalho, e isso, associado a outras medidas, elevou também o número de empregos formais. A histórica luta do movimento sindical pela elevação real do salário mínimo obteve vitórias iniciais. Programas como o Bolsa-Família dão respostas efetivas e emergenciais às grandes parcelas do povo que se encontram na miséria. A educação pública também avança, o que descortina ganhos mais duradouros, vide o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE -, feito pelo Presidente Lula na semana passada.

Contudo, dadas as imensas demandas acumuladas em décadas e décadas de concentração de renda, de corte de direitos e de exclusão social, as conquistas alcançadas estão muito aquém das necessidades das classes trabalhadoras. O crescimento econômico, freado por uma conservadora política de juros altos, deu-se a índices aquém das possibilidades e necessidades do País. Esse crescimento contido deixou de gerar o número de empregos necessários para absorver os milhões que anualmente se incorporam ao mercado de trabalho.

Além do desemprego, as condições de trabalho de milhões são aviltantes: longas jornadas, exclusão do sistema previdenciário, informalidade. Persiste até o ultraje do trabalho escravo. A saúde pública continua precária. Em várias regiões do País é uma verdadeira vergonha nacional. Nessa situação, os que mais padecem são os trabalhadores e suas famílias.

Mesmo assim, como disse recentemente o Sr. Carlos Luppi, Ministro do Trabalho, setores do empresariado e sua representação política e midiática ainda pressionam por tornar de precariedade ainda maior os direitos trabalhistas. O exemplo patente disso é o esforço do conservadorismo para fazer valer a chamada Emenda nº 3, que reconhece a relação entre uma pessoa jurídica na relação de trabalho e impede a intervenção direta dos Fiscais do Ministério do Trabalho quando, dessa relação de trabalho, decorre um fato fraudulento.

Com essa Emenda nº 3, o trabalhador perde o direito à carteira assinada, ao FGTS, ao 13º salário e às férias, e o Fiscal do Trabalho fica impedido de verificar e constatar a fraude e punir o fraudador. Por meio dessa Emenda nº 3, promove-se uma verdadeira anulação da CLT nessa relação de trabalho.

O Presidente Lula vetou, com muita lucidez, a Emenda nº 3, e hoje, no Congresso Nacional, estamos na expectativa de manutenção desse veto, em decorrência das diversas atividades realizadas no dia 1º de maio, com todo o movimento sindical unificado em prol da manutenção do veto do Presidente Lula à referida emenda.

Contra a vontade do poderoso ciclo financeiro do País, Lula foi reeleito Presidente da República. A base dessa vitória foi o povo, as massas trabalhadoras, especialmente as parcelas mais pobres da sociedade.

A reeleição se efetivou com o compromisso de o governo acelerar o desenvolvimento e ampliar a distribuição de renda. O governo está com a faca e o queijo nas mãos. Tem amplo respaldo político no Congresso e largo apoio social. A Oposição, momentaneamente, ainda se recupera da derrota sofrida.

A situação econômica externa, apesar da instabilidade que a tem caracterizado, continua favorável. De concreto, positivamente, foi o anunciado Programa de Aceleração do Crescimento. Todavia a metodologia adotada para superar a política macroeconômica ortodoxa, que impede a economia de deslanchar, ainda é lenta e marcada pela complacência.

Nesse cenário, um fator que precisa entrar em cena é a ampla mobilização dos trabalhadores, nos moldes que ocorreu durante o dia 1º de maio. Suas entidades, movimentos, centrais sindicais e partidos comprometidos com o povo trabalhador devem buscar os caminhos que levem à sua unidade e mobilização pelos direitos, pela distribuição da renda, pela valorização do trabalho e pelo desenvolvimento acelerado.

Meus amigos e minhas amigas, em 1949, a participação do trabalho na renda nacional correspondia a quase 60%. De acordo com os dados de 2005, a participação do mundo do trabalho na renda nacional corresponde a menos de 40%. Então, a força do capital avança, a cada dia, sobre o mundo do trabalho. É por isso que hoje, após os movimentos do dia 1º de maio, gostaríamos de homenagear a eterna e permanente luta dos trabalhadores.

Daqui desta tribuna, gostaria de fazer coro com muitos e pedir a intervenção na greve dos trabalhadores da saúde pública no nosso Município de Contagem, o qual é administrado por uma Prefeita por quem nutro profundo respeito. A Prefeita Marília Campos conseguiu, de forma acertada, negociar com os médicos e terminar com uma greve dos médicos em Contagem, mas, até hoje, ainda não conseguiu sentar e negociar com os servidores e trabalhadores da saúde: os enfermeiros, os agentes de saúde e os auxiliares de enfermagem que estão em greve, em um acampamento, na porta da Prefeitura de Contagem.

O que queremos é que a Prefeita Marília Campos possa receber o Sind-Saúde de Contagem e o comando de greve dos trabalhadores públicos da saúde em Contagem, para que possamos avançar nas negociações e, ao mesmo tempo, dar uma perspectiva de solução para aqueles trabalhadores que tanto sofrem e que tanto necessitam de um apoio maior para o exercício de sua função.

Aproveitando a ocasião, num momento em que falamos da luta dos trabalhadores, não poderia deixar de mencionar a luta dos trabalhadores da segurança pública em Minas Gerais. Na última sexta-feira, eles realizaram uma assembléia geral da categoria dos policiais civis e militares e determinaram a paralisação a partir do dia 2 de maio.

Segundo o Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais e Presidente do Gabinete Integrado das Entidades de Classe das Forças de Segurança de Minas Gerais, Delegado Danilo dos Santos Pereira, a greve é legítima, constitucional e pacífica.

Esse movimento dos policiais mineiros mostrou ao governo de Minas o poder de mobilização da categoria. Mostrou, sobretudo, ao Governador Aécio Neves a indignação com a forma desrespeitosa com que a categoria tem sido tratada, conforme declarações do Delegado Danilo.

O Presidente do gabinete unificado disse que o Governador faz um "marketing" muito forte em torno da segurança pública, ao mesmo tempo em que trata com indiferença os profissionais do setor. A revolta da categoria é grande em todo o Estado. Portanto a assembléia geral realizada na sexta-feira foi soberana para decidir pela paralisação, desejo da maioria dos trabalhadores.

É importante ressaltar que atualmente o piso salarial das forças de segurança de Minas Gerais é de R\$1.333,90, e, de acordo com a proposta de reajuste parcelado do governo, esse valor passará para R\$1.467,29, em outubro de 2007, e R\$1.775,42 somente em outubro de 2009, o que joga por terra o argumento divulgado na grande imprensa de que o aumento concedido pelo governo teria sido de 33%. Pouco se explica, na realidade, que se trata de um aumento de 10% a ser concedido ainda em outubro, e outras duas parcelas em 2008 e 2009.

Segundo informações levantadas pelo gabinete integrado, a Polícia Militar do Estado de Goiás, por exemplo, recebe atualmente um salário de R\$2.711,00, e a Polícia Civil, R\$3.140,00. Em Brasília, a Polícia Militar recebe R\$2.617,00; a Polícia Civil, R\$6.500,00. Isso também joga por terra o argumento de que Minas investe muito em segurança pública. Esse argumento não se sustenta pelos números apresentados nem pela prestação de contas recentemente aprovada e discutida no Plenário desta Casa. Os números relatam que, em 2001, Minas investia R\$3.591.028.000,00 em segurança pública. Esse valor caiu para R\$3.303.515.000,00 em 2005, prova maior de que a segurança pública do nosso Estado e seus trabalhadores não estão tendo o devido respeito por parte do governo do Estado.

Como diz o Presidente do gabinete integrado, as reivindicações da categoria irão até o fim, para que o reajuste pretendido, de recomposição da inflação de 19,66%, chegue a contento. É importante que o governo receba a categoria e converse com seus representantes.

Por fim, gostaria de ressaltar a luta dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, que completam hoje 83 dias de greve, não tendo sido recebidos pelo Governador até então. Ele recebeu a Miss Minas Gerais, mas não recebeu os Defensores Públicos, que olham pelo povo sofrido do Estado. Não podemos esquecer-nos disso.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Obrigado, Deputado Carlin, a quem felicito pelas palavras, mas discordo de V. Exa. quando se refere à segurança pública. O que este governo investiu em segurança pública foi infinitamente superior ao que foi investido anteriormente, ou seja, quase 10 vezes mais. Os seus dados, portanto, estão equivocados. O reajuste do segmento da defesa social, composto pelos policiais militares e civis, Bombeiros e Agentes Carcerários, é, sim, de 33%, concedido ao longo dos próximos três anos. A inflação prevista para todo esse período é de 10% a 12%.

Portanto 200% acima da inflação do período. É muito? Não sei, talvez seja até pouco. É o que o Estado pode dar. Desafio, V. Exa. a procurar qualquer Estado da Federação que tenha dado, no mesmo ano, mais de 10% para o setor de defesa social. Veja bem, 10% ao ano e garantindo, nos próximos três anos, o mesmo percentual. Acredito ser um avanço muito grande para a categoria.

É o desejável? É óbvio que não, mas é o que o Estado pode fazer e o que demonstra a atenção que o governo está tendo com esse setor. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Para concluir, o Relatório de Execução Orçamentária demonstra os números aqui citados, nobre Deputado Lafayette de Andrada.

O Governador não cumpriu com sua palavra quando prometeu elevar os salários dos policiais civis e militares ao terceiro maior do País. Os números indicam que o Governador está em débito com os servidores públicos da segurança pública do nosso Estado, bem como com os servidores da educação e da Defensoria Pública.

Então, este 1º de maio é fundamental para lembrar que os trabalhadores de Minas Gerais estarão com a cabeça erguida e com sua luta firme e forte, demonstrando que Minas precisa de um caminho diferenciado na defesa dos seus trabalhadores e de seus servidores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, não poderia deixar de reiterar o posicionamento, o empenho e o apelo do Bloco PT-PCdoB para o governo estadual ter uma posição mais clara, de maior reconhecimento em relação à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Já viemos por várias vezes a esta tribuna e achamos que o momento agora exige menos palavras e mais ações. É o que esperamos do governo neste momento.

Já nas semanas retrasada e passada, abordamos um assunto que considero importante. Refiro-me ao lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação em nosso país, que trouxe vários sinais de avanço, como, por exemplo, a implementação de escolas técnicas profissionalizantes em cidades-pólo, a ampliação das vagas do ProUni, a efetiva valorização dos trabalhadores em educação, com a adoção de um piso nacional de salário para os professores das redes de educação espalhadas por todo o País, entre outros avanços.

O item, particularmente, que gostaria de abordar e traduzir para a realidade mineira diz respeito ao papel social que a rede educacional pode estabelecer e cumprir.

Já sabemos, é voz corrente, é a reflexão de educadores, de especialistas, de intelectuais, e também é sabido pelo povo do Brasil que nenhuma nação se constitui sem a elevação de seus indicadores educacionais. Isso é voz corrente no mundo. No entanto, é necessário que algumas questões sejam enfrentadas, como a qualidade, a avaliação e a profissionalização do ensino, além da possibilidade de prosseguimento nos vários níveis de ensino por parte da criança, do adolescente e dos jovens.

Lanço, nessa linha, uma pergunta, para abordar uma lei que aprovamos aqui na Assembléia, sancionada no início do ano e que acho importante ser cumprida no Estado de Minas Gerais.

Será que a nossa escola está preparada para de fato acolher e ter essa interação com outras políticas públicas sociais? Hoje temos dados preocupantes como, por exemplo, os que dizem respeito à evasão escolar. No ensino médio a evasão escolar chega a atingir 15%, no ensino fundamental 8%. São milhões de jovens no Brasil que não concluem nem sequer essa etapa básica do ensino fundamental e médio. Esses são justamente os jovens cooptados, capturados pelo tráfico de drogas. São esses que, muitas vezes, na falta de qualquer alternativa, enveredam pelo caminho da marginalidade, que atentam, muitas vezes, infelizmente, contra a vida ou contra o patrimônio dos seres humanos.

É muito importante que a escola, além de potencializar os aspectos pedagógico, educativo, formativo, profissionalizante, também seja um pilar na construção e ampliação da rede de proteção social em nosso país. Considero que o Brasil vive um momento muito luminoso nesse sentido. Pela primeira vez, temos a adoção, de maneira unificada, de um programa de transferência de renda que atinge mais de 11 milhões de famílias, 44 milhões de brasileiros; temos o início da implementação do Fundeb, fundo que passa a financiar tanto o ensino infantil quanto o médio; temos a implantação de dois sistemas importantes de políticas públicas, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan -, o direito humano à alimentação na agenda das políticas públicas brasileiras; a consolidação do Sistema Único da Assistência Social - Suas -, que vem concretizar e efetivar a Loas e que tem, em cada Município brasileiro, na implantação dos Centros de Referências de Assistência Social - Cras -, um importante elo integrador das políticas sociais. Essa é uma ampliação-recorde de investimentos do governo federal nas políticas sociais.

Temos, portanto, um campo muito fértil para o avanço dessas políticas tanto no plano municipal como também no estadual.

A palavra de ordem hoje nas várias políticas públicas e na área da saúde, uma construção mais antiga com a efetivação do SUS, é a integração, a intersetorialidade, a interlocução prática dos diversos agentes de políticas sociais em nosso Estado e em cada Município. Nesse sentido, apresentei um projeto de lei, aprovado pela Assembléia e sancionado pelo governo, a Lei nº 16.683, de 2007, que prevê ações de acompanhamento social na rede pública estadual de educação. Essa lei prevê, por exemplo, a possibilidade da contratação para as escolas estaduais de assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, ou seja, profissionais da área social.

Muitas vezes, essa criança ou esse jovem, por falta de um acompanhamento específico que poderia ser prestado na escola, irá evadir-se do sistema escolar, será um futuro adolescente infrator, será um ser humano sem perspectiva.

Portanto, é importante efetivar a lei que prevê o reforço da equipe multidisciplinar nas escolas. Sabemos que, no Brasil, existem muitas leis, uma belíssima Constituição Federal, mas, infelizmente, o grande desafio é efetivar essas leis. Assim, Sr. Presidente, venho a esta tribuna não para cobrar, até porque a lei está, praticamente, há dois meses em vigor e precisa, evidentemente, de uma adaptação para ser fielmente seguida e cumprida pelo governo estadual, mas, sim, para solicitar a agilização desse debate no interior dos órgãos públicos.

O Estado de Minas Gerais, principalmente com o aporte de recursos federais, está avançando na linha da implantação do Sistema Único da Assistência Social. Temos uma meta de universalizar o Suas para todos os Municípios mineiros, com a implantação do Centro de Referência da Assistência Social, e estamos no início da implantação do Programa Poupança Jovem - e é muito importante que ele seja o início dessa experiência de presença mais ativa da escola no conjunto das políticas públicas sociais.

Falo aqui como profissional dessa área, como assistente social concursado da Prefeitura de Belo Horizonte, onde, felizmente, tivemos a oportunidade de fazer concurso público para essa área. Já o governo do Estado, desde que me formei, Deputado Carlin Moura, há 20 anos, não abriu nenhum concurso público para a contratação de profissionais da área social. Vejam bem: a Constituição de 1988 já tem quase 20 anos, e o governo não abriu nenhum concurso público para profissionais dessa área nos quadros da Sedese ou da antiga Setascad.

Portanto, queria dizer que essa lei de minha autoria pode dar uma grande contribuição para a integração das políticas de educação, assistência social e segurança alimentar. E sua efetiva aplicação pode ser viabilizada já no interior do Programa Poupança Jovem, que prevê exatamente o acompanhamento do jovem na escola, uma vez que essa é uma condição para que receba o recurso. Além disso, as escolas das regiões mais pauperizadas do Estado são as que concentram a maior evasão escolar e o maior número de jovens que entram no mundo das drogas, cometem violência e apresentam gravidez precoce.

Queria, então, solicitar do governo estadual um empenho muito grande, pois essa lei é desejada e já está sendo aplicada, na cidade do Rio de Janeiro, por um Prefeito do antigo PFL e Secretário do PSDB. Lá, a partir do nosso projeto de lei, já existe decreto, já houve concurso público e já há assistentes sociais trabalhando em dezenas de escolas das regiões em que a vulnerabilidade social é maior.

Queremos que essa lei seja efetivamente aplicada em Minas, pois o custo de um jovem bem atendido pelo Ensino Fundamental é 1/20 do valor gasto com um jovem internado em um centro de internação de medidas socioeducativas, ou seja, o Estado gasta 20 vezes mais com o adolescente infrator que com o adolescente bem atendido em uma escola.

Então, tenho certeza de que a presença de psicólogos, assistentes sociais e sociólogos contribui para o trabalho efetivo que os Supervisores, pedagogos, Diretores, professores e auxiliares de escolas já realizam. Aliás, presto uma homenagem a esses trabalhadores da rede de educação. Muitas vezes, o trabalho que eles fazem - o trabalho social - é fora da sua jornada de trabalho e se deve muito mais a uma sensibilidade social, a uma vocação, a uma relação afetuosa com o estudante do que a uma atribuição específica. É bom lembrar também os baixos salários percebidos hoje pela Rede Pública Estadual de Educação em Minas Gerais. Esses abnegados servidores da educação, muitas vezes, por um gesto de solidariedade, fazem um trabalho social que não deveria, por obrigação, por atribuição ou por falta de tempo e de remuneração, ser exercido por eles. Mas fazem esse trabalho.

Venho aqui, Sr. Presidente, porque é o nosso papel fiscalizar o efetivo cumprimento da lei. Trata-se de uma lei de minha autoria, votada por unanimidade nesta Casa, que entrou em vigor no dia 10/1/2007. Aliás, precisa de uma errata, pois saiu publicada com um pequeno erro. Aproveito a oportunidade para solicitar que o governo do Estado providencie a publicação dessa errata. Em um artigo dessa lei, ficou faltando um inciso importante. A Assembléia já fez a sua parte, foi um erro material, e gostaria que o Estado publicasse rapidamente essa errata. O que queremos mesmo é que o Estado cumpra essa lei. É melhor aplicar o dinheiro público na prevenção, na promoção dos direitos do que depois ficar discutindo redução de maioridade penal ou gastando dinheiro com presídio ou com centro de internação.

Nessa linha, reiteramos: o pobre tem que ser priorizado. E, na área da defesa dos seus direitos, mais uma vez, comecei e encerro dizendo: a Defensoria Pública é peça chave. Esperamos mais ações e menos palavras, para que a Defensoria Pública tenha o seu papel reconhecido pelo governo do Estado, na sua legítima reivindicação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, Deputada Elisa Costa, aqui presente, saúdo todos os presentes nesta reunião da Assembléia Legislativa de Minas Geris. Gostaria de saudar os Defensores Públicos e reconhecer a luta que eles empreendem nesse momento. Espero que seja uma luta vitoriosa. Reconhecemos esse papel fundamental que a Defensoria Pública representa, no Estado de Minas Gerais e no País, tão importante na garantia dos direitos humanos, dos direitos dos mais carentes. Queremos aqui reconhecer esse trabalho e esse papel importante da Defensoria.

Sr. Presidente, nesse início, gostaria de fazer referência à grande vitória do Minas Tênis Clube, nesse fim de semana. Foi um jogo decisivo da Liga Nacional de Vôlei, realizado em Betim, Minas Gerais. Temos acompanhado, e o Prefeito Carlaile, de Betim, sem dúvida, tem realizado um excelente trabalho voltado para o esporte, dando um grande apoio, e levou essa decisão da Liga Nacional para Betim. O Minas Tênis Clube conseguiu a sua quarta vitória, portanto é tetracampeão da Liga Nacional de Vôlei masculino. Parabênizos ao Minas Tênis Clube, os atletas e a comissão técnica do Minas por essa vitória. É uma vitória de Minas Gerais, de um clube que honra as tradições do esporte do Estado.

Tenho conversado com muitas pessoas e um assunto tem-me trazido grande preocupação. Neste momento, tramita uma solicitação para a realização de plebiscito envolvendo vários temas, entres eles o aborto. Estamos acompanhando esse debate pela televisão, jornais e rádios.

Em nosso país, alguns dados nos ajudam a compreender a triste realidade vivida atualmente. Há aumento de violência e banalização da vida. O agnóstico Norberto Bobbio, que votou no referendo italiano contra a liberalização do aborto, explicava que o mandamento "Não matarás" é, para um humanista laico, um imperativo categórico, de caráter absoluto e universal, acrescentando não compreender que os não-crentes deixassem aos crentes o privilégio e a honra de defender o direito à vida. Essa é a palavra desse grande pensador que tanto respeitamos. Apesar de sua postura em relação a questões divinas, ele foi muito claro na defesa intransigente da vida. Sua manifestação foi muito firme.

Também uma doutorada em Recursos Familiares da Universidade de West Virgínia, Wanda Franz, colocou sua posição: uma vez que uma mulher se torna mãe, ela será sempre mãe, tenha ou não nascido seu filho. O filho morto fará parte de sua vida por mais longa que ela seja. O aborto não é definitivamente a solução fácil de um grave problema, mas um ato agressivo, que terá repercussões contínuas na vida da mulher. Portanto, a mulher é vítima de seu próprio aborto, e temos obrigação para com todas as mulheres de lhes dizer essa verdade. Não é um religioso, não é um humanista, mas a doutorada de uma universidade que se manifesta dessa maneira.

Trago ainda a posição da Organização Mundial de Saúde. Vinte e cinco de 31 estudos epidemiológicos mundiais realizados com mulheres de ascendência africana, asiática e europeia concluíram que mesmo um único aborto aumenta o risco de adquirir mais câncer de mama. Um dado importante é que a esse aumento do risco por causa do aborto se acrescenta um risco maior, que é o de atrasar a primeira gravidez levada a termo, portanto, o aborto aumenta o risco de se sofrer de câncer de mama de duas maneiras.

Por fim, a manifestação do Conselho Nacional de Bioética da Itália. O feto não pode ser uma coisa porque sua natureza material e biológica o coloca entre os seres pertencentes à espécie humana. Ora, se não é uma coisa, no plano jurídico, o feto só pode ser um sujeito.

Poderia recorrer à própria Bíblia para dizer como o próprio salmista: "Eu era uma massa informe, e tu me conhecias". Talvez até apoiando o entendimento do conselho italiano, que considera o feto como sujeito, portanto, um sujeito no plano jurídico.

Eu queria relacionar a isso a questões que vêm acontecendo no nosso país, mas, com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Acompanho com atenção o depoimento de V. Exa., prenhe de boas recomendações e cheio de humanismo. Isso vem do seu caráter e das lutas que tem travado nesta Casa. A defesa que V. Exa. faz da vida - o aborto nada mais é do que o risco contra a vida - tem amplo apoio da opinião pública brasileira. Não acredito que um plebiscito como esse tenha êxito. Há poucos dias, um Governador propôs, sem meias palavras, a descriminalização das drogas. Agora, tratamos da questão do aborto. Como dizia o escritor antigo: "O tempora! O mores!". As coisas estão acontecendo.

Aproveito a oportunidade que V. Exa. me concede para referir-me ao grito dos Defensores Públicos, grito dos pobres que estão sem assistência judiciária no interior do Estado. Nesse final de semana fui a Montes Claros e encontrei-me com o Defensor Público da Comarca de São Francisco, Dr. Reginaldo, que ainda está no hospital, correndo risco de tornar-se tetraplégico em razão de um acidente que sofreu. Do leito hospitalar, fez-me um apelo para ajudar os Defensores Públicos, pois estaria ajudando a população pobre que necessita de assistência judiciária e que está desamparada por causa desse movimento e da falta de entendimento com o governo. Oitenta e três dias não é pouco tempo. Talvez esse grito não chegue aos palácios, por ser de pessoas humildes, desvalidas e sem apoio. Precisamos de sensibilidade e diálogo com o governo, principalmente hoje, quando será deflagrada a greve dos policiais civis. Tudo isso faz com que o governo tenha que voltar suas atenções para debelar esse conjunto de situações que pode arruinar sua imagem, por causar uma grande injustiça ao povo mais humilde de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado por sua contribuição. Toda essa discussão ocorre no País e no mundo. Recentemente, para espanto de todos, houve um plebiscito a respeito dessa questão em Portugal, mas não houve a presença aguardada. Aqueles que compareceram foram, em grande número, favoráveis ao aborto. Há uma banalização, como se o feto fosse um mero objeto que pode ser retirado em qualquer momento e ser jogado fora.

Ocorrem algumas situações em nosso país que nos deixam perplexos. Em Governador Valadares, um bebê foi enterrado vivo pelos pais. Isso nos faz refletir a respeito da banalização da vida. Muitos estão pensando que a vida não vale nada, até mesmo os pais. Ora, se isso ocorresse nos tempos idos dos povos orientais, eles rasgariam suas roupas ao ver uma calamidade dessa. Um bebê enterrado vivo! Vejam a situação. Mas é possível realizar um aborto, aspirar um feto de dentro de uma mãe e jogá-lo no lixo.

Na China, acompanhamos uma seleção para o nascimento de crianças: se for do sexo feminino, joga-se na lata de lixo; se for do sexo masculino, pode nascer. Nesse momento, há uma seleção na China. Essa situação traz-nos grande preocupação.

Aqui vimos um bebê ser abandonado nas águas da Lagoa da Pampulha. Ora, senhoras, isso não é banalização da vida? Não é o abandono daqueles valores de família, que são os mais importantes da nossa sociedade?

Com prazer, concedo aparte ao Deputado Doutor Rinaldo.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Obrigado, Deputado João Leite. Quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento. Temos vários motivos para defender a vida. Eu, como médico, tenho de defender a vida e ser contra o aborto. A partir do momento da fecundação, há um novo ser vivo, as mudanças celulares começam, e o que era ovo torna-se uma mórula. Isso só acontece por meio de um ser vivo.

Então, como médico, tenho de me pronunciar contra o aborto. Como cristão, tenho de pronunciar-me a favor da vida, contra o aborto. E, como Deputado, se tenho de defender as pessoas, o povo, a minha cidade, a minha região, o meu Estado, tenho de defender a vida. Obrigado pelo aparte.

O Deputado João Leite - Obrigado, Dr. Rinaldo, pelo testemunho pessoal e pelo posicionamento. Precisamos de posicionamentos assim na nossa sociedade, porque vemos as pessoas gritarem a favor de se tirar uma vida de qualquer maneira. Queremos trazer aqui alguns filmes que mostram a realização de abortos; como são feitos no nosso país e como estão tirando o valor mais importante, defendido historicamente na nossa pátria: a vida.

Os nossos jornais estão repletos de violência: menina refém em buraco; duas crianças mortas por seqüestradores. Ouvi pelo rádio que uma menina de 12 anos, ao assaltar, deu uma porretada numa senhora. Ela disse que deu com o porrete na cabeça da senhora. Quer dizer, hoje se pode tudo neste país, sob o olhar de contemplação e aceitação de que a vida não é tão importante.

A vida é importante sim. Ligo ao que aconteceu nos Estados Unidos: mais de 200 milhões de abortos, e crianças entram armadas nas escolas, atirando, porque a vida não vale absolutamente nada. Creio que chegou o momento de gritarmos. Muitos estão gritando, desfazendo ou dando pouca importância à vida, animando jovens a abortarem e pessoas a não mais constituírem famílias, cuja célula é a mais vigorosa da sociedade brasileira, tão importante para a história do nosso país.

Creio que chegou o momento de gritarmos também, mas a favor da vida, contra a banalização, contra o que vemos acontecer no nosso país: o ataque às famílias; o ataque à vida. Vamos lutar para que a vida seja valorizada e defendida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, membros da imprensa e telespectadores da TV Assembléia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa presentes e todos os que me assistem pela TV Assembléia, a greve dos Defensores Públicos já dura mais de 80 dias, e ainda não recebemos nenhuma sinalização do governo de que haverá o reconhecimento da justa reivindicação da categoria, que quer ser valorizada pelo importante trabalho de prestar assessoria jurídica aos que não podem pagar por um advogado. Os Defensores Públicos querem a fixação do subsídio que lhes é devido, conforme estabelece a Constituição Federal. Sabemos ainda que a fixação do subsídio no Estado, conforme a Lei Complementar nº 65, deve ser feita mediante iniciativa do Governador.

A remuneração de um Defensor Público em Minas Gerais é de R\$4.000,00 brutos e cerca de R\$2.900,00 líquidos, um dos piores salários da categoria no Brasil. Devemos lembrar que um Promotor de Justiça se inicia na carreira ganhando mais de R\$18.000,00 por mês, ou seja, cinco vezes mais que os Defensores Públicos. Como bem lembra a OAB, em nota divulgada, "a defesa não pode ter tratamento diferente da acusação".

Como se manifestou a Associação dos Procuradores de Minas Gerais, a greve é legítima, e é necessário que o Estado respeite o direito dos Defensores Públicos. Para essa Associação, "é hora de o governo de Minas abrandar a conduta tecnocrata, que muitas vezes se sobrepõe ao direito e às obrigações, para buscar o fortalecimento de sua própria advocacia e da advocacia que assiste aos necessitados do Estado."

O governo mineiro vem ignorando uma greve que se arrasta há mais de 80 dias - como o placar ali diz, são 83 dias -, com evidente prejuízo para os Defensores e para a população que necessita desse serviço. Tal atitude é própria do tratamento que o governo vem dando ao serviço público no Estado, após anos de choque de gestão, perda de direitos e achatamento salarial.

Aproveito meu pronunciamento para falar da total solidariedade da Bancada do PT e do PCdoB à greve e às reivindicações dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

Gostaria ainda de aproveitar a oportunidade para, na terceira vez que uso esta tribuna, voltar ao assunto da segurança pública no Norte de Minas Gerais - Montes Claros e principalmente as cidades de fronteiras. Relembro dois casos importantes: a segurança pública nas cidades de Manga e Montalvânia.

A cidade de Manga está há quase um ano sem Delegado de Polícia, contando com apenas um Detetive para atender toda a Comarca, cinco Municípios. A cidade de Montalvânia se encontra há mais de um ano sem Promotor e sem Juiz. Há um efetivo, na cidade de Manga, de pouco mais de 10 policiais, para dar segurança a toda a região.

Já fizemos um pedido e já há um estudo da própria Polícia Militar, do Comando Regional de Montes Claros, que também já pediu às forças de segurança do Estado de Minas Gerais a criação de uma Companhia da Polícia Militar na cidade de Manga, que iria aumentar o efetivo e a segurança na nossa cidade.

A cada dia aumenta o número de crimes nas cidades de Manga e Montalvânia, principalmente na BR-135, onde havia um sério problema referente à estrada, que está sendo resolvido.

Aquela região virou local de ataques de gangues, que assaltam carros, ônibus e motoqueiros, às vezes com vítimas. Portanto, é importante que as forças de segurança pública do Estado olhem urgentemente para essa questão da segurança naquelas duas cidades de fronteira, Manga e Montalvânia.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Ilustre Deputado, após prestar atenção à fala de V. Exa. sobre segurança pública, queria acrescentar ao debate algumas informações que considero importantes, relativamente a algumas providências que o governo de Minas vem tomando no aspecto da defesa pública.

Até recentemente era muito comum nos governos não haver planejamento na área de defesa social. Era comum e corriqueiro o governo atender a pressões políticas, sobretudo as que diziam respeito a transferências de Delegado e de Comandante de Batalhão. Isso acontecia com base na sensibilidade e no bom-senso, mas também na pressão política. Não havia, por parte do governo - e se havia era de forma muito tímida -, um planejamento baseado em estatísticas, em números, em conhecimento da realidade, para se fazer a distribuição de homens, de carros, de equipamentos por toda Minas Gerais.

Darei aos senhores um exemplo, embora fictício. Algum Deputado Estadual ou Federal, por pressão da base em sua região, forçava o Comando da polícia, a antiga Secretaria de Justiça, que hoje está unificada à Defesa Social, a transferir um veículo para sua região. Dizia que lá estava faltando um carro para a Polícia Civil. Assim, pressionava o governo, o Secretário etc. Realmente, a região precisava de um veículo, mas, assim como esse Município, outros também precisavam desse tipo de apoio. Às vezes, outras localidades, com índices de violência muito superiores, por azar, possivelmente não tinham representação nesta Casa.

Não havia esse tipo de planejamento ou, se havia, era muito tímido. A pressão política falava mais alto. Determinado Deputado, forte em uma região, solicitava, reivindicava, pressionava e conseguia transferir veículo para sua região. No entanto, outras regiões, que não possuíam nesta Casa um Deputado que as representasse, eram estrategicamente mais importantes e precisavam mais ainda de um veículo.

Hoje as coisas mudaram. Depois que foi edificada a Secretaria de Defesa Social, toda estratégia de defesa em Minas é baseada em números, em estatísticas e em conhecimento da realidade. Hoje o poder de pressão política continua existindo, mas baixou sua importância e prioridade. Hoje, quando um Deputado quer fazer pressão política sobre um Secretário - e já fui vítima disso -, mostrando a necessidade, por exemplo, de um veículo em sua região, o Secretário diz ao parlamentar que naquela região realmente se faz necessário um veículo, mas que há outras localidades com índices de violência muito superiores. Assim, é preciso dar preferência àquelas regiões mais violentas.

Então, Sr. Deputado, quero parabenizá-lo porque V. Exa. está aqui reivindicando o que é justo e certo: segurança para a região de Manga. Acredito que o governo de Minas será sensível ao seu pedido, pois conhece bem a realidade dessa cidade, tendo, assim, de agir para diminuir os indicadores de violência da localidade. Parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. Lembro a todos que minha região nunca teve um Deputado, sou o primeiro parlamentar a representá-la. Vamos ver se agora muda essa relação, e as regiões de Manga e Montalvânia possam também ter direito a uma segurança mais digna.

Quero parabenizar várias etnias do nosso Estado por sua presença. Há aqui representantes dos nossos índios xacriabás, de São João das Missões, meus irmãos. Também nasci naquela região, e minha bisavó era também xacriabá. Assim, gostaria de agradecer a presença de todos vocês, dizendo que esta é a Casa do povo de Minas Gerais, especialmente dos nossos índios, dos primeiros habitantes deste país e deste Estado. Fiquei muito feliz com a presença de vocês, que participaram dos movimentos sociais que ocorreram nesse final de semana.

Gostaria de tratar de um assunto do interesse dos nossos índios xacriabás, no que se refere ao Pró-Acesso.

Há 15 dias estive com o Diretor do DER-MG, Dr. José Élcio, com o Prefeito de São João das Missões, Sr. José Nunes, e com o Prefeito de Manga, Sr. Humberto Sales. Na ocasião, reivindicamos ao Estado, no que se refere ao Pró-Acesso, o trecho que liga as cidades de Manga, São João das Missões e Miravânia. Esta, historicamente, tem ligação com a cidade de Manga, da qual foi distrito. Em 1996 foi emancipada, mas grande parte de seus problemas são resolvidos em Manga, onde se situam a comarca, a delegacia, o hospital, os bancos e os órgãos públicos. Então, a maioria dos problemas de Miravânia se resolvem em Manga.

Todavia, estranhamente, a pedido do Prefeito de Miravânia, o trecho que ligava Miravânia a Manga, previsto no Pró-Acesso, foi transferido, de modo que agora está prevista a ligação entre Miravânia e Cônego Marinho. Essa mudança não tem razão de ser, já que desagradou a mais de 90% da população de Miravânia.

Recebi inúmeras ligações, telefonemas e manifestações da Vice-Prefeita, dos Vereadores e de várias pessoas do Município de Miravânia, que estranharam muito a atitude do Prefeito e do governo do Estado de retirar do Pró-Acesso o trecho que passaria pelas comunidades de Panelinha 1, Panelinha 2, Cachoeirinha e Nhandutiba, ligando a BR-135 a Manga.

O Prefeito José Nunes me procurou e, na oportunidade, tivemos uma boa idéia, qual seja a de se ligar Miravânia a São João das Missões, pois assim Manga também seria atendida. Nesse caso, o trecho que liga a sede da reserva dos xacriabás a Miravânia seria asfaltado. Dessa forma, além de beneficiar o Município de Miravânia, o governo do Estado atenderia 7 mil índios xacriabás da reserva de São João das Missões, que representam 70% - portanto, a maioria - da população do referido Município. Essa seria uma forma justa de o governo do Estado prestar solidariedade ao povo xacriabá, bem como de atender a reivindicação das populações de Miravânia e de Manga.

De São João das Missões a Manga são 20km. A construção desse trecho encurtaria o percurso, atenderia as populações de São João das Missões, de Manga e de Miravânia e ajudaria na transformação da economia regional.

Mais uma vez, registro este pedido. Esperamos que o Diretor do DER, Sr. José Élcio, tome as medidas necessárias para se promover a adaptação do projeto, a mudança do trecho do Pró-Acesso. Dessa forma, em vez de fazer o trecho que ligaria Miravânia a Cônego Marinho, faria o outro que ligaria Miravânia a São João das Missões e esta cidade à de Manga.

Quero ainda dar uma boa notícia aos índios xacriabás, bem como às populações de Manga, São João das Missões, Miravânia, Matias Cardoso e Montalvânia. Conseguimos, junto ao governo federal e à diretoria regional do INSS de Montes Claros, a criação da agência do INSS na cidade de Manga. Na região, muitas pessoas andam cerca de 200km para requerer um benefício em Januária. Isso não mais acontecerá, pois, no final deste mês, será inaugurada a agência do INSS em Manga, onde o atendimento será realizado, de modo a atender as populações dos Municípios de São João das Missões, Miravânia, Matias Cardoso, Juvenília e Montalvânia. A agência atenderá inicialmente 9 mil segurados do INSS na região.

Gostaria de dar outra boa notícia à cidade de Manga que se refere à rede de tratamento de esgoto. Na semana passada estivemos na Codevasf, no Ministério da Integração Nacional. Dos recursos destinados à revitalização do Rio São Francisco, estão previstos cerca de R\$8.000.000,00 para aplicação na rede de tratamento de esgoto da cidade de Manga. Aliás, não só a cidade de Manga será beneficiada com os recursos da revitalização do Rio São Francisco, mas também todas as cidades ribeirinhas, entre elas Matias Cardoso, Pedras de Maria da Cruz e São Romão, que também serão contempladas com os recursos da revitalização do São Francisco. Essas cidades ganharão rede de tratamento de esgoto. Haverá ainda a adequação de outras cidades como Itacarambi, São Francisco, Januária, Ponto Chique e outras cidades ribeirinhas do Norte de Minas.

Finalmente, gostaria de dar outra boa notícia. Há pouco, conversei com o Dr. Sebastião, Superintendente do DNIT em Minas Gerais, que me informou que já estão sendo concluídos os estudos da Procuradoria do DNIT do Estado de Minas Gerais. Se o parecer for favorável, a estrada que liga Itacarambi, Manga e Montalvânia poderá ter o início de suas obras de asfaltamento ainda neste ano. Lembro que a recuperação foi iniciada no mês passado.

Hoje já se pode ir à cidade de Montalvânia, que ficou seis meses ilhada. Até os ônibus para essa cidade foram cortados, e o carro dos Correios também não ia. Enfim, Montalvânia ficou seis meses totalmente ilhada na época das chuvas.

Conseguimos os recursos junto ao governo federal. A terraplenagem já está sendo feita para a recuperação da estrada. Os recursos estão assegurados pelo PAC, para o término daquela importante estrada, que mudará nossa economia regional e ligará Minas Gerais à Bahia e a São Luiz do Maranhão. A estrada será muito importante para o escoamento da produção regional, inclusive do Projeto Jaíba. Eram essas as informações que tinha a dar. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/5/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Valdecir Alves da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Carlos Antonio dos Santos Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Mauricio Fagundes Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando José Fortunato da Cunha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Marcílio Rodrigues dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Almeida e Galvão Associados Ltda. Objeto: prestação de serviços de confecção de "clipping" para a elaboração de boletim e de página na internet, com noticiário. Objeto deste aditamento: prorrogação do contrato, conforme subscreve a hipótese do art. 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação do contrato de prestação de serviços, a serem executados de forma contínua, por até 12 meses, findos os 60 meses originais. Vigência: 90 dias, a partir de 1º/4/2007, ou até que se finde o processo licitatório, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 33903900.